

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0026114-10.2012.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Ação Civil Pública - Meio Ambiente**
 Requerente: **Ministério Público do Estado de São Paulo**
 Requerido: **Hélio Ogélio dos Santos**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

O autor Ministério Público do Estado de São Paulo propôs a presente ação contra o réu Hélio Ogélio dos Santos, pedindo: a) abster-se de explorar o fragmento de cerrado do imóvel objeto do AIA 278.960 da Polícia Ambiental; b) recompor em 180 dias a cobertura florestal da área autuada, de acordo com as normas oficiais em vigor e com projeto que conte com a prévia aprovação da Secretaria de Estado do Meio Ambiente; c) pagamento de indenização, a ser recolhida ao Fundo Estadual de Reparação aos Interesses Difusos Lesados, quantificada em perícia, correspondente aos danos ambientais que se mostrarem técnica e absolutamente irreversíveis na área de preservação permanente; d) condenado à restrição de incentivo e benefícios fiscais concedidos pelo Poder Público e à suspensão de participação em linhas de financiamento em estabelecimento oficiais de crédito enquanto não integralmente reparados os danos ambientais; e) fixação de multa diária não inferior a R\$ 1.000,00, para o não cumprimento da sentença, sem prejuízo da execução das obrigações de fazer e não fazer, multa a ser recolhida ao Fundo Social de Despesas de Reparação de Interesses Difusos Lesados – Lei Estadual n. 6.536, de 13.11.1989.

O réu, em contestação de folhas 39/31, pede a improcedência do pedido.

Réplica de folhas 43.

Decisão saneadora de folhas 48.

Prova oral de folhas 58/61.

Memoriais do réu às folhas 90/91.

Memoriais do autos às folhas 94/96.

Relatei. Decido.

Diz a petição inicial do Ministério Público (folhas 02/03): "Consta que sem prévia autorização do órgão ambiental competente providenciou o corte de árvores e de vegetação adjacente do bioma cerrado, preparando o terreno para a construção de uma casa e cultivo de hortaliças, o que efetivamente ocorreu, como inclusive demonstra a evolução das imagens de satélite que instruem a informação técnica da Secretaria do Meio Ambiente juntada a fls. 11/14 do Inquérito Civil".

Diz o réu na contestação (folhas 40): "Na verdade o réu/contestante executou uma limpeza no terreno, retirando cipós que estavam enrolados nas copas das árvores e apenas retirou pequenas árvores que já se encontravam secas e suas raízes não mais fixas no solo (A vegetação do cerrado tem tempo de vida curta)".

Diz o Auto de Infração Ambiental de folhas 09 que o réu destruiu 0,5 ha de vegetação nativa em estágio médio. As fotos de folhas 12/13 trazem verossimilhança ao descrito no Auto de Infração Ambiental.

Os depoimentos dos policiais militares comprovaram que houve o desmatamento, ou seja, supressão de vegetação nativa do cerrado. Confira: folhas 58/59.

O depoimento da testemunha de folhas 61 não abalou a prova produzida pelo autor.

Assim, ante o conjunto probatório, o réu provocou degradação ambiental, eis que provocou o corte de árvores e de vegetação do Bioma Cerrado sem autorização do órgão



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

competente, violando a Lei Estadual 13.550/2009 (Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Cerrado no Estado, e dá providências correlatas).

Nesse sentido: "Ação civil pública ambiental. Área rural. Ocupação e supressão de vegetação nativa do bioma cerrado. Prova da degradação ambiental. Obrigação propter rem. Responsabilidade civil objetiva, solidária e imprescritível. Inexistência de direito adquirido. Procedência. Prejudiciais afastadas. Sentença parcialmente reformada. Recurso provido apenas para dilatar o prazo de apresentação do projeto de reflorestamento ambiental e início de sua execução. (Relator(a): Moreira Viegas; Comarca: Aguaí; Órgão julgador: 1ª Câmara Reservada ao Meio Ambiente; Data do julgamento: 21/08/2014; Data de registro: 21/08/2014)".

Diante do exposto, acolho o pedido, resolvendo o mérito, nos termos do artigo 269, I, do Código de Processo Civil, para o fim de: a) determinar que se abstenha de explorar o fragmento de cerrado imóvel objeto de AIA278960(folhas 09) da Polícia Ambiental; b) recompor em 180 dias a cobertura florestal da área autuada, de acordo com as normas oficiais em vigor e com projeto que conte com a prévia aprovação da Secretaria de Estado Meio Ambiente; c) pagamento de indenização, a ser recolhida ao Fundo de Reparação aos interesses Difusos Lesados, quantificada em perícia, correspondente aos danos ambientais que se mostrarem técnica e absolutamente irreversíveis na área de preservação permanente; d) restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo Poder Público e à suspensão de participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito enquanto não integralmente reparados os danos ambientais; e) fixação de multa diária não inferior a R\$ 1.000,00, corrigida no momento do pagamento, para a eventualidade do não cumprimento da sentença, sem prejuízo da execução das obrigações de fazer e não fazer, multa a ser recolhida ao Fundo Especial de Despesas de Reparação de Interesses Difusos Lesados – Lei Estadual 6.536/89. Condene o réu no pagamento das custas processuais. P.R.I.C. Ciência ao MP. São Carlos, 19 de outubro de 2015.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA